

Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)[❖]

Ernesto
Castro Leal

Profesor Asociado del Departamento de Historia e investigador del Centro de Historia de Facultad de Letras de la Universidad de Lisboa (Portugal). Licenciado en Historia, magíster y doctor en Historia Contemporánea de la misma Universidad. Entre sus publicaciones recientes se encuentran: *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008); “Abel Varzim, o Catolicismo Social e a Crítica dos Totalitarismos”, en *Poder e Moralidade. O Totalitarismo e outras Experiências Anti-liberais na Modernidade*, ed., José Maurício de Carvalho (São Paulo: Annablume/Universidade Federal de São João del Rei, 2012), 91-104; “Modernistas Portugueses e Ideias de Europa. Entre o Cosmopolitismo e o Nacionalismo”, en *Repensar a Europa. Europa de Longe, Europa de Perto*, eds., José Eduardo Franco, Beata Cieszynska y Teresa Pinheiro (Lisboa: Gradiva, 2013), 131-138. castroleal@letras.ulisboa.pt

Artículo recibido: 03 de febrero de 2014

Aprobado: 12 de junio de 2014

Modificado: 18 de junio de 2014

DOI: dx.doi.org/10.7440/histcrit56.2015.05

- ❖ El presente artículo es producto de una pesquisa mayor titulada “Nacionalismo e Antiliberalismo em Portugal, 1789-1945”, la cual no recibió ningún tipo de financiamiento. Aspectos preliminares de este artículo fueron presentados en “Antiliberalismo. Vias de pensamento e de acção”, em *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal (Antissemitismo, anticlericalismo, anti-islamismo, antijesuitismo, antifeminismo, antiliberalismo, antiprottestantismo, antimaçonismo, anticomunismo, antiamericanismo)*, eds. António Marujo e José Eduardo Franco (Lisboa: Circulo de Leitores/Temas e Debates, 2009), 484-533.

Nacionalismo y antiliberalismo en Portugal. Una visión histórico-política (1820-1940)

Resumen:

Este artículo tratará de analizar momentos importantes del pensamiento y de la acción del nacionalismo antiliberal portugués entre 1820 —Revolución Liberal— y 1940 —apogeo del autoritarismo antiliberal del “Estado Novo”—. Este campo ideológico incorporó una diversidad de pensadores, de corrientes de opinión cívica y de grupos políticos, que son analizados una perspectiva histórica que combina la historia de las ideas y la historia política. Aquí se muestra que en la cultura política nacionalista antiliberal portuguesa se percibía un predominio sobresaliente de los pensadores y de grupos políticos contrarrevolucionarios franceses, y también del adoctrinamiento católico conservador.

Palabras clave: *Portugal, historia, identidad política, nacionalismo, antiliberalismo.*

Nationalism and Anti-Liberalism in Portugal. A Historical-Political View (1820-1940)

Abstract:

This article will attempt to analyze important moments in the thought and action of anti-liberal Portuguese nationalism between 1820 —the Liberal Revolution— and 1940 —the height of the anti-liberal authoritarianism of the “Estado Novo”—. This ideological field incorporated a diversity of thinkers, from different currents of civic opinion and political groups, that are analyzed here from a historical perspective that combines the history of ideas and political history. It is shown how the anti-liberal nationalist political culture in Portugal was characterized by an outstanding predominance of thinkers and of French counter-revolutionary political groups, as well as by conservative Catholic indoctrination.

Keywords: *Portugal, history, political identity, nationalism, anti-liberalism.*

Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)

Resumo:

Este artigo analisa momentos fortes do pensamento e da acção do nacionalismo antiliberal português, entre 1820 —Revolução Liberal— e 1940 —apogeu do autoritarismo antiliberal do “Estado Novo”. Esse campo ideológico incorporou uma diversidade de pensadores, correntes de opinião cívica e grupos políticos. A perspectiva crítica de análise segue um ponto de vista a partir da História, articulando história das ideias e história política. Na cultura política nacionalista antiliberal portuguesa, observa-se uma influência dominante de pensadores e de grupos políticos contrarrevolucionários franceses, assim como da doutrinação católica conservadora.

Palavras-chave: *Portugal, história, identidade política, nacionalismo, antiliberalismo.*

Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)

Introdução

Este artigo analisa momentos fortes do pensamento e da acção do nacionalismo antiliberal português, entre 1820 (Revolução Liberal) e 1940 (apogeu do autoritarismo antiliberal do “Estado Novo”). O campo ideológico do nacionalismo e do antiliberalismo em Portugal incorporou uma diversidade de pensadores, de correntes de opinião e de grupos políticos. A perspectiva crítica da presente análise segue um ponto de vista a partir da História, articulando a história das ideias com a história política. Observa-se, como traço geral, na cultura política nacionalista antiliberal portuguesa, uma influência dominante de pensadores e de grupos políticos contrarrevolucionários franceses, assim como da doutrinação católica conservadora.

A argumentação antiliberal questionou as lógicas individualistas, utilitaristas e relativistas dos liberalismos. No universo do nacionalismo e do antiliberalismo portugueses, revelou-se a atitude mental dominante do nacionalismo tradicionalista, de matriz monárquica ou republicana, apesar de coexistir com outras variantes de nacionalismo revolucionário de menor recepção. Esse tradicionalismo pode definir-se do modo interpretativo que a argúcia do poeta/filósofo e ensaísta político Fernando Pessoa estabeleceu: “[...] o nacionalismo tradicionalista, que é o que faz consistir a substância da nacionalidade em qualquer ponto do seu passado, e a vitalidade nacional na continuidade histórica com esse ponto do passado. Diversos são os critérios com que se pode buscar esse ponto do passado, mas, seja qual for o critério que se empregue, a essência do *processus* é a mesma [...]”¹.

De 1820 a 1940, manifestaram-se em Portugal os seguintes nacionalismos de matriz antiliberal: 1) O nacionalismo contrarrevolucionário de finais do século XVIII e princípios do século XIX, ainda sem estrutura partidária, no qual sobressaíram o Marquês de Penalva, José da Gama e Castro, José Acúrsio das Neves, José Agostinho de Macedo e António Ribeiro Saraiva, tendo moldado a justificação político-ideológica do Reinado de D. Miguel (1828-1834), daí a designação de Miguelismo que foi adoptada, vindo, em 1856, essa área de pensamento a originar o

1 Fernando Pessoa, *Da República. 1910-1935*, eds. Joel Serrão, Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão (Lisboa: Ática, 1979), 223.

Partido Legitimista; 2) o nacionalismo contrarrevolucionário dos anos 10 e 20 do século XX, organizado em 1914 no Integralismo Lusitano, sob a grande influência de António Sardinha, e em 1923 na Acção Realista Portuguesa, dinamizada, principalmente, por Alfredo Pimenta; 3) o nacionalismo fascista dos anos 20 de século XX, que se exprimiu no Centro do Nacionalismo Lusitano, fundado em 1923 por João de Castro Osório; 4) o nacionalismo de conotação fascista dos anos 30 do século XX (com alguma simpatia pelo nacional-socialismo alemão), estruturado no Movimento Nacional-Sindicalista, surgido em 1932, sob a liderança de Francisco Rolão Preto e cujas raízes se situavam no Integralismo Lusitano; 5) e o nacionalismo sincrético dos anos 10 e 20 do século XX, que combinava elementos do antiliberalismo e do liberalismo conservador autoritário, manifestado na Liga Nacional (1915-1918), no Centro Católico Português (1917-1932) e na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938), que convergirá na ideologia nacionalista antiliberal da Ditadura do “Estado Novo” (Salazarismo).

1. Ideias de nação na cultura política europeia: nação cívica e nação cultural

Os contextos históricos da Revolução Francesa (finais do século XVIII) e das Unificações Italiana e Alemã (meados do século XIX) são considerados, na literatura historiográfica, por um lado, momentos genéticos da tensão entre liberalismo e antiliberalismo e da reinvenção contemporânea da ideia política de nacionalismo, e, por outro lado, marcadores de mudança em relação ao conteúdo semântico de vários conceitos. No mundo dos novos ou renovados conceitos, que a linguagem jurídica, política, social e cultural utilizará, passaram a figurar os de pátria, nação, povo, cidadão, revolução, lei, constituição, contrato social, opinião pública, partido, eleição, vontade geral, carácter nacional ou alma nacional.

Quanto à ideia contemporânea de nação, fundamento do poder político e de poderes simbólicos na “era dos nacionalismos”, uma área da literatura crítica nas ciências sociais usa a distinção metodológica feita por Friedrich Meinecke, na obra *Cosmopolitismo e Estado Nacional* (1908), entre os conceitos de *staatsnation* (nação-Estado) e de *kulturnation* (nação-cultura), em articulação com as unidades políticas, sem que isso signifique o estabelecimento de fronteiras incomunicáveis, claramente desmentidas pelas várias dinâmicas nacionais². Face a essa

2 Anthony D. Smith, *Theories of Nationalism* (Londres: Duckworth, 1983), 211-229; Peter Alter, *Nationalism* (Londres: Edward Arnold, 1989), 4-23; Elie Kedourie, *Nacionalismo* (Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1988), 47-70; Ernest Gellner, *Nações e Nacionalismo* (Lisboa: Gradiva, 1993), 85-98; Hagen Schitze, *Estado e Nação na História da Europa* (Lisboa: Presença, 1979), 120-141; Andrés de Blas Guerrero, *Nacionalismos y naciones en Europa* (Madri: Alianza, 1994), 32-46; Guy Hermet, *Histoire des nations et du nationalisme en Europe* (Paris: Seuil, 1996), 115-133.

tipologia, decorrente de uma perspectiva de análise da “modernização pelo alto”, Eric J. Hobsbawm chamou a atenção para a importância de também se desenvolver uma perspectiva de análise adequada “à visão dos de baixo”, o que denominou “protonacionalismo popular”³.

Por um lado, estava a tradição de matriz inglesa e francesa de nação cívico-política/nação-contrato alicerçada em definições de John Locke, Emmanuel Siéyès, John Stuart Mill ou Ernest Renan. Por outro lado, havia a tradição de matriz alemã de nação etnocultural/nação-génio, firmada em pontos de vista de Johann Herder ou Johann Fichte. A primeira tradição coadunava-se com os processos de construção liberal do Estado-nação, enquanto a segunda servia de justificação aos processos de formação ou de refundação da nação-Estado⁴. A apropriação de ambas as categorias para formulações políticas, históricas ou literárias far-se-á dentro do liberalismo e do antiliberalismo e a utilização dessas duas ideias de nação permite observar as múltiplas faces do discurso ideológico-político e suas interdependências, dentro do vasto campo do nacionalismo português — liberal e antiliberal, monárquico e republicano, católico e laico.

Charles Alexis de Tocqueville viu o ano francês de 1789, na sua obra *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), como um “tempo de imortal memória”, assinalado pela dupla paixão da igualdade e da liberdade e formador de uma “nova pátria espiritual”. O que esse pensador liberal pretendia afirmar era a mudança dos princípios de representação e de legitimação nos novos Estados-nação liberais: ao modelo do absolutismo de soberania dinástica (trono) e sacralização religiosa (altar), os revolucionários franceses contrapuseram o modelo do liberalismo de soberania popular (cidadão) e regulamentação jurídica (lei). Daí Tocqueville considerar que a Revolução Francesa de 1789 tenha sido essencialmente uma “revolução política” anunciadora de uma “espécie de religião nova”, que “inundou toda a terra” com os seus soldados, apóstolos e mártires⁵.

Essa promessa de um “homem novo” num mundo novo não é exclusiva do liberalismo revolucionário francês, surpreende-se no republicanismo, no antiliberalismo comunista ou no antiliberalismo fascista. Contudo, se olharmos para a Revolução Inglesa de 1688 ou para a Revolução Americana de 1776, surpreende-se a recusa desse paradigma utopista, que conduziu, por vezes, ao despotismo, ao totalitarismo e à morte da pessoa humana, e encontramos a

3 Eric J. Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1789. Programme, myth, reality* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), 1-79.

4 Fernando Catroga, *A Geografia dos Afectos Pátrios. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX)* (Coimbra: Almedina, 2013), 331-357; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, 1918-1938* (Lisboa: Cosmos, 1999), 28-33.

5 Alexis de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução* (Lisboa: Fragmentos, 1989), 23-27.

proposta ideal de uma pacífica “Constituição da liberdade”, de que falou Ralf Dahrendorf, nas *Reflexões sobre a Revolução na Europa* (1990)⁶, para impedir a ocorrência da catástrofe revolucionária e caminhar de forma reformista para um mundo melhor e mais justo, mas tal não impediu a ocorrência de guerras civis posteriores, como mostrou bem o caso norte-americano.

A visão agregadora que dá continuidade às representações das identidades nacionais entretece-se de elementos das duas ideias de nação apresentadas, daí a importância da análise de Johann Fichte, nos *Discursos à nação alemã* (1807-1808), na qual se compatibiliza elementos da ideia de nação etnocultural (tradição e língua) com elementos da ideia de nação cívico-política (liberdade e vontade), refutando-se as justificações exclusivistas (raça, língua, religião ou geografia)⁷. De igual modo, Ernest Renan, na conferência *O que é uma Nação?* (1882), caracterizou o “princípio da nação” como “uma alma, um princípio espiritual”, “uma consciência moral”, mas uma consciência de duplo enraizamento: no passado, por meio das lembranças transmitidas e ritualizadas (culto dos antepassados); no presente, por intermédio do consentimento, do desejo de viver em comum, do “plebiscito de todos os dias”, recusando a ideia de eternidade e de essencialidade das nações⁸. A leitura fracturada desse pensamento de Renan conduziu a apropriações ideológicas distintas, quer pelo republicanismo da III República Francesa, quer pelo antiliberalismo monárquico contrarrevolucionário de Charles Maurras e da *Action Française*.

2. Universos nacionalistas antiliberais portugueses: tradição e revolução

A gramática ideológica, cultural e política do antiliberalismo português percorreu, entre finais do século XVIII e meados do século XX, o interior do monarquismo, do republicanismo, do socialismo, do anarquismo, do comunismo e do autoritarismo de influência fascista. Se atendermos à configuração prolongada do nacionalismo antiliberal político-institucional, enraizado numa mundividência organicista do Estado e da sociedade, que foi compatibilizada com características do tradicionalismo republicano autoritário, o momento paradigmático será a Ditadura do “Estado Novo” de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano (1933-1974), em virtude do Reinado de D. Miguel (1828-1834), moldado num antiliberalismo tradicionalista “legitimista” e contrarrevolucionário, ter sido de durabilidade muito menor e dilacerado por uma Guerra Civil (1832-1834).

6 Ralf Dahrendorf, *Reflexões sobre a Revolução na Europa* (Lisboa: Gradiva, 1990), 82.

7 [Johann] Fichte, *Discursos à nação alemã* (Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2009), 177-198.

8 Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une Nation?, et autres écrits politiques* (Paris: Imprimerie Nationale, 1996), 240-243.

A resposta política à denominada “crise do Estado moderno” (Estado liberal), de que falou Oliveira Salazar no discurso “Princípios fundamentais da revolução política” (Lisboa, 30 de julho de 1930)⁹, sintetizaria um ideário antiliberal e antidemocrático, autoritário e conservador, nacionalista e colonial, elaborado fundamentalmente a partir de conceitos e de práticas ideológicas das matrizes católica social (“democracia cristã” conservadora), republicana autoritária conservadora, tradicionalista monárquica e fascista italiana. Constituiu um modelo doutrinário *sincrético* de antiliberalismo tradicionalista republicano e autoritário, que incluiu a violência política e social como instrumento de domínio e articulou elementos de várias matrizes ideológico-políticas para justificar a razão instrumental da competência governativa (mito dos governos técnicos), da autoridade política (mito do chefe/Estado), da harmonia social (mito do corporativismo), do equilíbrio financeiro e da modernização económica (mito da regeneração/progresso), e do culto da Pátria e dos heróis nacionais (mito da nação). Na síntese ideológica salazarista, ecoou a tradição católica neotomista da “democracia cristã” conservadora e a teorização organicista comteana da conciliação positiva da ordem e do progresso e da ditadura sociocrática.

Para a afirmação hegemónica desse pensamento nacionalista sincrético, foi necessário submeter politicamente as pulsões de antiliberalismo monárquico radical, filiadas no sindicalismo contrarrevolucionário (Georges Valois) e no revolucionarismo violentista (Georges Sorel), que tinham entrado em dissidência dentro da matriz tradicionalista antiliberal monárquica e construíram inicialmente a corrente integralista sindicalista (jornal *A Revolução*, Lisboa, 1922-1923) de Francisco Rolão Preto, dentro do Integralismo Lusitano, de António Sardinha, depois a Acção Realista Portuguesa (1923-1926), de Alfredo Pimenta, e, por fim, o Movimento Nacional-Sindicalista (1932-1935), de Francisco Rolão Preto. Em 1926 e 1927, a segunda geração monárquica integralista lançou-se na mobilização política e doutrinária da juventude académica contra o demoliberalismo republicano e publicou a revista *Ordem Nova*, em Lisboa, sob a direcção de Albano Dias de Magalhães e Marcelo Caetano, em que esse tipo de antiliberalismo monárquico radical encontrava expressão de relevo no subtítulo da revista: “Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa e anti-bolchevista. Contra-revolucionária; reaccionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa”.

Após a conversão política ao nacionalismo e antiliberalismo autoritário e conservador da Ditadura do “Estado Novo” de grande parte das personalidades do grupo monárquico integralista *Ordem Nova*, da Acção Realista Portuguesa e do Movimento Nacional-Sindicalista,

9 Oliveira Salazar, *Discursos*, vol. 1 (Coimbra: Coimbra Editora, 1961 [1935]), 72.

a sua radicalidade dissolveu-se no “levar os portugueses a viver habitualmente”, para o que “Vamos devagarinho, passo a passo”, afirmaria Oliveira Salazar, “*salarizando*”, dirá, por sua vez, António Ferro¹⁰. Assim, se inculcaria nos costumes políticos da nova ditadura o “Nacionalismo português”, ideário abrangente divulgado por Quirino Avelino de Jesus, em 1932, numa obra com esse mesmo nome, e por si considerado o “mais desenvolvido sistema que se podia formar neste momento para se garantir em Portugal a marcha da civilização romana-cristã, assaltada pela Revolução”¹¹. O tópico da Revolução recordava, por um lado, duas origens políticas fundamentais de reação do antiliberalismo europeu —a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917— e, por outro lado, dois momentos essenciais em Portugal para o desenvolvimento teórico-político do antiliberalismo —a Revolução Portuguesa 1820 (monárquica liberal) e a Revolução Portuguesa de 1910 (republicana liberal) —.

Fundado como contrarrevolução perante a primeira conjuntura revolucionária liberal continental e devedor dos doutrinadores contrarrevolucionários franceses —dentro da tradição antiliberal europeia, destaque-se o pioneirismo da obra de Joseph de Maistre, *Considerações sobre a França* (1797)¹²—, o antiliberalismo político e cultural português foi reinventado na reação às outras três conjunturas fundamentais, umas vezes limitando-se à acção doutrinária, outras vezes ganhando audiência pública assinalável por meio de acção política. Evocaram um novo D. Nuno Álvares Pereira —comandante militar do exército português em 1385 na batalha de Aljubarrota, onde foram derrotados os castelhanos e consolidada assim a independência de Portugal para a redenção nacional, manifestando-se o mito do salvador (chefe-Estado—, tendo acoplado o mito da unidade sociedade-Nação).

O antiliberalismo português percorreu também as áreas ideológicas do republicanismo, do socialismo e do anarquismo, as quais, entre meados do século XIX e princípios do século XX, evidenciaram personalidades, periódicos e organizações que partilharam utopias comuns, em parte devido à importante recepção do federalismo regionalista e descentralizador de Pierre-Joseph Proudhon, divulgado na sua obra *Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução* (1863)¹³. Na área republicana federalista portuguesa foi relevante a influência da obra *Las Nacionalidades* (1877), do catalão Francisco Pi y Margall, por exemplo, nos destacados pensadores republicanos Sebastião de Magalhães Lima e Augusto

10 Antonio Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, ed., Fernando Rosas (Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003 [1933]), 99, 172, 207.

11 Quirino Avelino de Jesus, *Nacionalismo Português* (Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda., 1932), 62.

12 Stephen Holmes, *Anatomía del Antiliberalismo* (Madri: Alianza, 1999), 33-59.

13 Marcel Prélot e Georges Lescuyer, *História das Ideias Políticas. Do Liberalismo à Actualidade*, vol. 2 (Lisboa: Presença, 2001), 230-236.

Alves da Veiga¹⁴. As fórmulas políticas, económicas e sociais expostas por Proudhon ou Pi y Margall propunham uma superação do modelo clássico de Estado liberal, nacionalista e unitário, pela construção de um Estado republicano federal ou confederal, pluralista e autonomista, dentro de uma matriz solidarista (municipalista, mutualista, educativa ou assistencial). Nos anos 20 do século XX, o mundo antiliberal incorporou o comunismo, com a fundação do Partido Comunista Português (1921), e o fascismo, com a criação do Centro do Nacionalismo Lusitano (1923).

3. Dinâmicas nacionalistas antiliberais portuguesas: pensadores e organizações

Acompanhando a reacção antiliberal, tradicionalista e contrarrevolucionária francesa, após o Terror de Robespierre, surgiram em Portugal pensadores convergentes com essa crítica ideológico-política. Pode considerar-se o Marquês de Penalva, Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, com a obra *Dissertação a favor da Monarquia* (1799), o primeiro doutrinador do discurso antiliberal, tradicionalista e contrarrevolucionário português. Aí se formalizava a necessidade da unidade do poder, em que o Rei detinha uma suprema capacidade arbitral, o que sugeria um poder real de carácter absoluto, mas não despótico, visto ser condicionado pela religião (moral católica) e pelo direito (leis fundamentais do reino), e se desenvolvia a crítica ao conceito liberal de soberania nacional, que conduzia, segundo ele, à criação de uma “classe política” dependente do sufrágio eleitoral e anulava as liberdades tradicionais dos povos.

A argumentação antiliberal foi desenvolvida pelo jurista e economista José Acúrsio das Neves, nas *Cartas de um português aos seus concidadãos sobre objectos de utilidade geral e individual* (1822) e na *Continuação das cartas aos portugueses* (1823), nas quais encontramos quer a justificação das intenções reformistas da Regência do Príncipe D. João (futuro D. João VI), nas vésperas da Revolução Liberal de 1820, em particular a política económica por si delineada, quer considerações sobre a não preparação do povo para a liberdade. Quanto a este último aspecto, o argumento contrarrevolucionário antiliberal será recorrente na vida portuguesa: a liberdade individualista do cidadão esmagava as liberdades tradicionais e orgânicas dos povos; a falta de instrução e cultura do povo impedia a livre e consciente determinação na escolha dos seus representantes. A contrarresposta será dada pelo intelectual liberal Almeida Garrett, na obra

14 Sebastião de Magalhães Lima, *La Fédération Ibérique* (Paris: Guillard, Aillaud Cie, 1893); Alves da Veiga, *Política Nova. Ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa* (Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.^a, 1911).

Portugal na balança da Europa (1830)¹⁵, editada em Londres durante o seu exílio, e a pendência liberalismo/antiliberalismo firmou argumentos críticos ao longo do século XIX português¹⁶, que serão evocados no século XX português.

No campo antiliberal, tradicionalista e contrarrevolucionário, encontramos variantes ideológicas sobre a origem do poder e a constituição da sociedade, que incorporam ora o providencialismo (António Joaquim de Gouveia Pinto), ora o contratualismo (António Ribeiro Saraiva), ora o voluntarismo (José da Gama e Castro), ora perspectivas mitigadas (Marquês de Penalva ou José Acúrsio das Neves); apesar de defender a solução política absolutista, Acúrsio da Neves, conhecedor da economia política liberal, perfilhava um lugar destacado para a indústria num plano de desenvolvimento nacional, que seguia as posições industrialistas de Jean-Baptiste Say.

O legado do Reinado de D. Miguel (1828-1834) constituiu-se em Miguelismo (um antiliberalismo tradicionalista que se autodefinia como “Legitimista”), sob a divisa de “Deus, Pátria e Rei”. Insistiu na denúncia dos equívocos do princípio representativo e da divisão dos poderes e apresentou a necessidade de repor o princípio do Rei absoluto, a fundamentação superior da religião católica e as cortes gerais para a representação orgânica dos corpos sociais, regressando assim o ideário da antiga Monarquia portuguesa baseada numa ordem legitimada por valores eclesiástico-nobiliárquicos¹⁷. Após a derrota político-militar do “miguelismo político-institucional” em 1834 face aos liberais e o esgotamento da sua corrente revolucionária, impulsionada por António Ribeiro Saraiva, em 1847, com o final da guerra civil da Patuleia, o “miguelismo político-ideológico” desenvolveu, ao longo da segunda metade do século XIX, a lenta definição de uma estrutura de tipo partidário (Partido Legitimista), e dispôs do jornal *A Nação* (fundado em Setembro de 1847) para activar uma rede de núcleos locais e distritais, que veio a ingressar os “legitimistas” no sistema parlamentar liberal com cinco deputados, após as eleições de novembro de 1856. Foi muito próxima a relação político-ideológica tradicionalista antiliberal entre D. Miguel, de Portugal, e o seu primo D. Carlos de Bourbon, de Espanha, que promoveu vários levantamentos militares. Existe um paralelo entre os levantamentos militares carlistas de 1833-1840 e de 1846-1849¹⁸

15 José Esteves Pereira, *Percursos de História das Ideias* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004), 171-186.

16 José Esteves Pereira, “Pensamento político em Portugal no século XIX”, em *Atas do VII Colóquio Antero de Quental*, org. José Maurício de Carvalho (São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei/Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 2007), 54-84.

17 Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (Lisboa: Arcádia, 1977), 71-116.

18 Miguel Artola, “La burguesía revolucionaria (1808-1874)”, en *Historia de España Alfaguara*, vol. V, ed. Miguel Artola (Madri: Alianza, 1983), 53-57, 213-215.

e os levantamentos militares miguelistas de 1826-1827 e de 1846-1847¹⁹ (estes não exclusivamente miguelistas), com troca de apoio entre os dois primos.

A partir da década de 1870, os membros do Partido Legitimista vão combater o liberalismo monárquico católico e o catolicismo liberal, identificado na divisa “Deus e Pátria”, que tinha criado a Sociedade Católica (1843-1853) como sua primeira organização e procurava desvincular-se da chamada “questão dinástica”. Os “legitimistas” envolveram-se no debate acerca da criação de um partido católico, polémica que foi em grande parte desenvolvida nas páginas do jornal *A Palavra*, do Porto, que aceitava as estruturas do poder liberal vigente, mas refutava a ideologia que os legitimava, e do jornal *A Nação*, de Lisboa, órgão do tradicionalismo monárquico antiliberal. Nos finais do século XIX, as manifestações de radicalismo anticlerical liberal monárquico e republicano propiciaram a construção de um catolicismo integral (ultramontano e devocional), que complexificava as opções, pois já existia o catolicismo liberal (constitucional e concordatário) e o catolicismo intransigente (tradicionalista e antiliberal), vindo o Centro Católico Português (1917-1932) a representar uma tentativa malsucedida de unificação política das várias correntes católicas.

Um lastro comum entre sectores socialistas, republicanos e anarquistas portugueses era devido à mentalidade federal, ao associativismo e ao municipalismo autónomo, filiado genericamente em traços político-ideológicos do pensamento político de Proudhon, com importante recepção na cultura política e literária portuguesa²⁰, que se fundava utopicamente na anarquia positiva e rompia com a modernidade liberal, o que propiciava a expressão de posições ideológico-políticas de cunho antiliberal e organicista. Um dos problemas teóricos debatidos no interior do republicanismo, a mais importante corrente doutrinária de entre essas três na crítica à Monarquia liberal, foi a compatibilização dos direitos naturais com os direitos sociais, sem cair no liberalismo individualista nem no colectivismo estatista²¹.

Com a criação do Partido Comunista Português (1921), acrescentou-se mais um polo no mundo ideológico-político do antiliberalismo. A matriz genética anarquista, sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista²² dos principais fundadores do Partido Comunista Português,

19 Vasco Pulido Valente, *Os Militares e a Política (1820-1856)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997), 75-96, 127-132.

20 *Proudhon no bicenténario do seu nascimento*, coords. Manuel Gama *et al.* (Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2009), 9-150.

21 Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol.1 (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991), 225-246.

22 João Freire, “Anarco-sindicalismo” e “Anarquismo”, em *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7 (Porto: Figueirinhas, 1999), 101-103.

alguns deles que vieram da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920), configurará nos primeiros anos um partido assente em princípios descentralizadores e federalistas (base 1^a, dos estatutos), o que permitirá convergências com o republicanismo radical (Partido Republicano Radical), o republicanismo esquerdista (Partido Republicano da Esquerda Democrática) e o anarco-sindicalismo (Confederação Geral do Trabalho). O “objectivo supremo” dos comunistas era a socialização integral dos meios de produção, circulação e consumo, isto é, a transformação radical da sociedade capitalista em sociedade comunista (base 3^a, dos estatutos), conseguida por meio de uma ditadura do proletariado. Ao mito político da greve geral revolucionária dos sindicalistas revolucionários, os primeiros comunistas portugueses propunham o mito político da revolução imediata, que criticava a burocratização da Confederação Geral do Trabalho e a autossuficiência sindical, pois o sindicato servia para a luta económica, enquanto o partido devia ser o instrumento da luta política²³.

A mais importante proposta ideológica, cultural e política, de matriz antiliberal, contrarrevolucionária e tradicionalista monárquica, constituiu-se no Integralismo Lusitano (1914), liderado por António Sardinha, com a participação destacada de Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Alberto Monsaraz, Francisco Rolão Preto ou José Pequito Rebelo, e dispôs da “revista de filosofia política” *Nação Portuguesa* (subintitulada, depois, “revista de cultura nacionalista”) e do diário *A Monarquia*, editados em Lisboa. A orientação essencial estabelecia a propaganda da monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar, com uma tendência concentradora (nacionalismo e poder pessoal do Rei) e uma tendência descentralizadora (municipalismo e corporativismo). Esse sistema filosófico-político destinava-se a restaurar a nação pela autoridade do Rei e pela intervenção dos corpos administrativos e profissionais, daí a formulação de base do Integralismo Lusitano ser nacionalista por princípio, sindicalista e corporativista por meio e monárquica por conclusão²⁴. Os ideários políticos integralistas de António Sardinha aproximam-se dos ideários políticos carlistas do seu ideólogo Juan Vázquez de Mella em meados do século XX, havendo até pontos de convergência sobre a utopia de um modelo monárquico iberista confederal entre Portugal e a Espanha²⁵.

Essa geração política integralista questionará o demoliberalismo republicano português, no que ele manifestava de crise de autoridade do Estado, de conflitualidade religiosa e social ou de racionalismo cultural e positivismo científico, propondo a reinvenção dos modelos

23 José Pacheco Pereira, “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”, *Análise Social* 18: 67/68 (1981): 695-713.

24 Alberto Mionsaraz, *Cartilha Monárquica* (Lisboa: Editor Alberto Monsaraz, 1920), 48-52.

25 António Cordeiro Lopes, “Dois projectos de geopolítica ibérica, de matriz tradicionalista – Vázquez de Mella e António Sardinha”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* V: 16/17 (1994): 99-113.

monárquicos medievais a partir dos valores da raça, da terra e da tradição, dotados de um estatuto messiânico para a sonhada restauração monárquica. Esse romantismo político-cultural era devedor do gosto nostálgico por um passado representado numa idealizada e mitificada medievalidade dos forais (monarquia contratual), dos concelhos (predilecção localista) e das cortes gerais (representação dos corpos sociais), para a qual, em Portugal, o historiador liberal conservador Alexandre Herculano muito contribuíra. Porém, essa leitura esteve disponível, com algumas diferenças, em Chateaubriand, Barrès, De Bonald ou De Maistre, dos quais os integralistas portugueses receberam várias influências²⁶.

A campanha pública integralista promoveu uma forte contestação do liberalismo, do democratismo, do parlamentarismo e do revolucionarismo da I República Portuguesa (1910-1926), apresentando três aspirações restauracionistas: regime político monárquico, regime administrativo municipalista e regime jurídico de união entre a Igreja Católica Romana e o Estado monárquico. Se é certa a filiação no discurso antiliberal e contrarrevolucionário português do século XIX, em particular de José Agostinho de Macedo, José da Gama e Castro e José Acúrcio das Neves, não se deve ignorar a importante projecção político-ideológica das obras de Charles Maurras, *Enquête sur la Monarchie* (1900), e de Léon Daudet, *Le Stupide XIXe Siècle* (1922).

O exemplo da *Action Française* projectou-se de forma relevante no antiliberalismo monárquico da Acção Realista Portuguesa (1924-1926), dirigida por Alfredo Pimenta e que juntou integralistas que reconheciam D. Manuel II (Rei deposto com a revolução republicana de 5 de outubro de 1910 e exilado em Londres), o que não tinha acontecido com tanta densidade no Integralismo Lusitano, sendo defendido claramente o primado do político, o sindicalismo profissional e a organização milicial do Corpo de Voluntários da Acção Realista Portuguesa, à semelhança da maurrasiana *Fédération Nationale des Camelots du Roi*, criada em 1908, por Maurice Pujol. O ideário político-social organicista consagrava um modelo de estruturação social, cujas células primárias eram a família, o município e o sindicato profissional; um modelo de representação política por meio da constituição de cortes gerais representativas dos interesses “da igreja, da terra, da inteligência e da produção”; uma chefia do Estado com um Rei que governasse e escolhesse livremente os seus ministros, politicamente responsáveis perante ele²⁷. A Acção Realista Portuguesa extinguir-se-ia entre finais de 1926 e princípios de 1927, dentro de um processo falhado de reorganização dos vários segmentos monárquicos integralistas, que passaria pelo desejo episódico de uma Liga de Acção Integralista, animada por António Rodrigues Cavalheiro.

26 Norberto Ferreira da Cunha, “O Tradicionalismo Integralista”, em *Poiética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves* (Lisboa: Colibri, 2001), 375-399.

27 *Acção Realista*, Lisboa, 22 de maio, 1924, [contracapa].

De existência efêmera, deve referir-se o Centro do Nacionalismo Lusitano (1923-1925), grupo político antiliberal, cesarista e fascista, liderado por João de Castro Osório e apoiado, por exemplo, pelo coronel João de Almeida e por António de Cértima e Raul de Carvalho. O ideário político está identificado no opúsculo *A Revolução Nacionalista* (1922), da autoria de João de Castro Osório, no qual se pode observar a projecção do Fascismo italiano envolto numa releitura antiliberal da “República Nova” de Sidónio Pais (governou em sistema presidencialista entre dezembro de 1917 e dezembro de 1918), aparecendo esse Presidente da República como “o messias e não o político realizador”, pois a sua “mentalidade sofria ainda de preconceitos liberais e republicanos”. Entre as principais propostas dos nacionalistas lusitanos, estava a necessidade do ditador, da ditadura nacional antiliberal, do governo meramente executivo, do parlamento com exclusiva representação profissional e municipal, das milícias voluntárias e do catolicismo como religião oficial do Estado²⁸. O surgimento em outubro de 1923, em Lisboa, do semanário *A Ditadura*, “periódico do fascismo português”, dirigido por Raul de Carvalho, potenciará a divulgação pública. A sua matriz revolucionária irredentista e vitalista era demasiado herética dentro do ambiente conservador dominante na elite autoritária e antiliberal portuguesa, que, cada vez mais, acreditava na intervenção organizada das Forças Armadas para solucionar a diagnosticada crise de autoridade do Estado. O exemplo da Ditadura espanhola do general Miguel Primo de Rivera recolhia simpatia junto de uma parte importante da elite política e militar da direita portuguesa, reforçada com as reportagens que fez em Espanha em 1924 o jornalista António Ferro, que incluíam uma entrevista ao general Primo de Rivera. As reportagens saíram nesse ano no periódico *Diário de Notícias*, de Lisboa, e depois foram publicadas em livro²⁹.

O regresso político-ideológico do monarquismo sindicalista antiliberal, que Rolão Preto e Alberto de Monsaraz esboçaram nos inícios da década de 1920, far-se-á com a organização do Movimento Nacional-Sindicalista (1932-1935) e do seu jornal *Revolução*, tentativa esta que visava, dentro da emergente Ditadura do “Estado Novo”, impor uma via da revolução política com caudilhismo civil milicial e mobilização de massas. O modelo alternativo de nacionalismo revolucionário antiliberal questionava o nacionalismo conservador antiliberal vigente e propunha um Estado corporativo e sindical, com chefia carismática (chefe de Estado responsável perante a nação e interveniente no governo), partido/movimento definidor da direcção política, representação política orgânica (assembleia nacional com câmara dos municípios e

28 João de Castro [Osório], *A Revolução Nacionalista* (Lisboa: Edição do Autor, 1922), 53-72.

29 António Ferro, “À Volta da Ditadura Espanhola”, em *Viagem à Volta das Ditaduras* (Lisboa: Empresa do Diário de Notícias, 1927), 189-261.

senado corporativo), mobilização milicial de massas e sistema corporativo integral³⁰. No início, foram muito próximas as relações do Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto com a Falange Espanhola de José Antonio Primo de Rivera, fundada em 1933, mas Rolão Preto aproximou-se pouco depois das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista, de Ramiro Ledesma Ramos, que abandonou a Falange; em fevereiro de 1934 fundiram-se e originaram a Falange Espanhola das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista³¹.

4. Projecção do nacionalismo antiliberal português na Ditadura do “Estado Novo”

Sendo Portugal, no primeiro quartel do século XX, um Estado-nação perfeitamente consolidado, sem problemas de unidade política, territorial, étnica, linguística ou religiosa, não admira que a pendência ideológica entre os diversos nacionalismos, com uma forte componente antiliberal, se fizesse ao redor do modelo de organização política do Estado, do relacionamento entre o poder civil e o poder religioso, dos processos de construção da memória histórica ou das formas de representação da identidade nacional. Generalizou-se, porém, uma forte visão política e social organicista, com o primado dos grupos sobre os indivíduos, que veio do positivismo sociológico comtiano (Léon Duguit) e do institucionalismo neotomista (Maurice Hauriou), que, apesar de recepções políticas contraditórias, punha em causa cada vez mais, nessa época, o liberalismo, o individualismo, o contratualismo, o Estado arbitral e a livre economia de mercado³².

O historiador francês Raoul Girardet, na sua obra *Mythes et mythologies politiques* (1986), evocando o impacto da crise institucional na profundidade dos indivíduos e dos grupos, refere que, na passagem dum estado de certeza para um estado de dúvida e de angústia, toda a crise de legitimação latente manifesta-se com evidência. Essas crises de legitimidade articulam-se, por sua vez, com crises culturais, económicas, sociais e políticas, das quais emergem discursos de ressurgimento nacional, que podem ser organizados em quatro conjuntos político-mitológicos: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade³³. Nos anos 20 do século XX português, o “apelo ao salvador” foi a

30 António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945* (Lisboa: Estampa, 1994), 93-302; Jacinto Ferreira, *Ao Serviço da Pátria e do Rei. Memórias políticas (1926-1974)* (Lisboa: Edição do Autor, 1991), 77-82.

31 António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis*, 140-148.

32 António Manuel Hespanha, *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia* (Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997), 196-218.

33 Raoul Girardet, *Mythes et Mythologies Politiques* (Paris: Seuil, 1986), 9-24.

“constelação mitológica” predominante no pensamento nacionalista antiliberal e os tópicos discursivos insistentes sobre a decadência do presente, a restauração da ordem e das hierarquias, a chefia militar, a autoridade moral ou o passado histórico de glória apontavam para a produção das imagens de luz, de verticalidade e de combate associadas ao tema do herói salvador.

Por meio do recurso contemporâneo ao modelo de heroísmo e santidade medieval de D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), que foi sujeito a várias leituras —republicanas e monárquicas, agnósticas e religiosas—, pretendeu-se fundamentar historicamente a liturgia política portuguesa ao chefe redentorista³⁴. A par do culto religioso ao Santo (6 de novembro, dia do Beato Nuno de Santa Maria), impôs-se um culto patriótico oficial ao Condestável, a partir de 1920, por meio da festa nacional de 14 de agosto (Festa da Pátria), dia da batalha de Aljubarrota de 1385 contra os castelhanos. A aprovação oficial em 1925 da festa nacional de 10 de junho, Festa de Portugal, associada ao dia da morte do poeta Luís de Camões em 1580, retiraria viabilidade ao possível feriado nacional de 14 de agosto, o que não impediu anualmente a continuação das festas civis e religiosas. As celebrações oficiais da Festa da Pátria (1920-1926) contribuíram para uma articulação entre a Presidência da República, o Governo, a Igreja Católica Romana, as Forças Armadas e o Município de Lisboa, durante um tempo que foi marcado pelo confronto ideológico, pelo conflito político e pela revolta militar.

O mundo político nacionalista antiliberal português nessa época divulgou uma imagem de “Portugal-Império” e viveu em situação messiânica, moldada pela criatividade ideológica, pela concorrência de chefias, pela construção de poderes simbólicos, pela pouca fixação das ideias, pela emotividade e paixão ou pela vertigem do movimento e da agitação, em que as vanguardas culturais seduzidas pelo modernismo e pelo futurismo também se exibiram com revistas, panfletos, conferências ou comícios. Nesse período, foi-se construindo um paradigma nacionalista antiliberal, conservador e autoritário, caracterizado pelo *sincretismo* de elites nacionalistas e pelo *hibridismo* de ideias nacionalistas, dos quais resultaria a consensualização da mentalidade pragmática face ao utopismo ideológico e a hegemonização da ideia política autoritária perante a ideia política totalitária. Esse processo convergiu no sincretismo ideológico do Salazarismo português, aproximando-o mais do Franquismo espanhol do que Fascismo italiano, não obstante as fortes influências deste último, por exemplo, em relação ao corporativismo (Carta del Lavoro/Estatuto do Trabalho Nacional) ou à organização política da juventude (Balilas/Mocidade Portuguesa)³⁵.

34 Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos*, 49-89.

35 Juan J. Linz, “An authoritarian regime: Spain”, em *Cleavages, Ideologies and Party Systems. Contributions to comparative political sociology*, orgs., Erik Allardt e Yrjö Littunen (Helsinki: Academic Bookstore, 1964), 301-304; Manuel Ramírez Jiménez, *España. 1939-1975. Régimen Político e Ideología* (Madrid: Gualdarrama, 1978); Javier Tusell, *La dictadura de Franco* (Madrid: Alianza, 1988); Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Presença, 1988).

A Ditadura do “Estado Novo” recolherá organicamente e aplicará pragmaticamente uma síncrese política, ideológica e cultural dos vários mundos do nacionalismo tradicionalista português, dentro de uma matriz antiliberal, que, entre 1918 e 1926, se foi constituindo em mitologia política por meio da propaganda de várias organizações políticas, de um importante grupo de revistas e jornais e de um conjunto de personalidades, que vieram exigir a necessidade transitória de uma Ditadura militar (1926-1932). A grande ameaça à sua consolidação institucional, quando a Ditadura militar se transformou em Ditadura civil com a Constituição de 1933, sob a liderança política de António de Oliveira Salazar, veio, no interior do campo nacionalista antiliberal, da proposta totalitária do Movimento Nacional-Sindicalista de Francisco Rolão Preto, mas, como afirmou Luís Cabral de Moncada, também seduzido em 1932 e 1933 com o movimento, este “não passou de um epifenómeno de superfície como o da fosforescência de certas vagas de mar [...], cuja única função consistiu apenas em aclamar, vitoriar e erguer em numerosas situações o braço direito e a mão na saudação fascista e nazi. Não foram guerreiros, foram actores [...]”³⁶.

O processo de formação da União Nacional enquanto partido único da Ditadura salazarista exprimiu significativamente, dentro da mentalidade política antiliberal dominante, a recusa doutrinária do espírito de construção sistemática ao evidenciar a regra da experimentação, embora orientada por alguns pontos prévios: a unidade da nação por meio de um corporativismo de matriz centralizadora; a consolidação do Estado como instituição das instituições; o fortalecimento do poder executivo, que dispunha o seu chefe da direcção política única. A cultura do poder fixou a necessidade de reorganizar os corpos administrativos do Estado, de negociar uma outra relação com os “corpos separados” (Igreja Católica Romana e Forças Armadas), de criar novos corpos políticos (União Nacional, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, Legião Portuguesa) ou estruturas de propaganda (Secretariado de Propaganda Nacional e Emissora Nacional) para estruturar o consentimento de massas.

A União Nacional surgiu a partir de 1930 dentro do processo político disciplinador do confronto livre das ideologias. Os Estados de matriz autoritária, corporativa e antiliberal detêm mais uma técnica do poder do que uma técnica da liberdade, facto que conduz —tendencialmente— à prática da ideia de associação e à exclusão da ideia de partido. O caso português será disso exemplo, propondo um desarmamento ideológico e entendendo a política dentro de uma visão administrativa, o que configurou uma mentalidade institucionalista, orientada por estes princípios fundamentais: moral e direito natural, visão orgânica neotomista, instituição como organização

36 Luís Cabral de Moncada, *Memórias. Ao longo de uma vida (pessoas, factos, ideias), 1888-1974* (Lisboa: Verbo, 1992), 182-183.

social, vinculação do grupo por adesão ou consentimento (poder de sufrágio), transferência para o poder executivo da decisão legislativa fundamental e valorização dos corpos intermédios.

Após a Primeira Guerra Mundial, a resposta nacionalista antiliberal portuguesa não se exprimiu num partido ou num movimento político, dado que fez convergir no Exército o amplo e diversificado processo contestatário. Assim, a União Nacional apareceu após a revolução com a primordial função de doutrinação: “educar politicamente a Nação”. Mais liga patriótica do que partido político, quanto à natureza orgânica, incorporaria também as funções legitimadora (patrocínio de candidaturas ao sufrágio) e constituinte (personalidade jurídica adquirida na esfera do direito das corporações e associações). Essas funções foram apresentadas na publicação oficial *A Revolução Continua* (1943): formação da vontade nacional, criação de uma mentalidade corporativa e integração da vida política no Estado. A sua missão fundamental recobriria a “unidade”, enquanto à Legião Portuguesa (milícia para-militar) seria atribuída a “defesa civil” e à Mocidade Portuguesa (organização de juventude), a “continuidade” do projecto político da Ditadura do “Estado Novo”³⁷.

No interior da elite política da Ditadura salazarista, a mais completa teorização de uma União Nacional com “espírito pré-revolucionário” (força civil de vanguarda) e não com o oficial “espírito pós-revolucionário” (força civil de apoio) foi formulada por Artur Águedo de Oliveira, na sua obra *A União Nacional como direcção política única* (1938). Reconhecendo à União Nacional a natureza de “organização política unitária, de concepção salazarista”, o autor advogava para ela o exercício de três poderes: de consulta, de representação e de decisão política. Esse enunciado doutrinário é claro quanto a um “espírito pré-revolucionário” para a União Nacional, que seria moldado pelos seguintes ideais: espírito de vanguarda, revolução na ordem, “tenentismo” (predomínio dos *novos*), iniciativa política permanente, direcção única. Não ocultou os males a evitar, que já se manifestavam na União Nacional: mandarinato político, apoliticismo, plutocracia, “companheirismo” na selecção política³⁸. Marcelo Caetano, defensor na época de um corporativismo integral, que expôs em *O Sistema Corporativo* (1938), chegou a propor para a União Nacional, numa interpretação também diferente da oficial, o lugar de “corporação nacional da política”, que seguia a doutrina do economista e político romeno Mihaíl Manoïlesco, exposta na obra *Le parti unique* (1937)³⁹.

O ambiente dessa época, marcado pela Guerra Civil de Espanha (1936-1939), seria propício à consolidação da Ditadura e do seu chefe António de Oliveira Salazar, que, na versão

37 *A Revolução Continua. União Nacional – Mocidade – Legião* (Lisboa: SPN, 1943), 11.

38 Artur Águedo de Oliveira, *A União Nacional como direcção política única* (Lisboa: União Nacional, 1938), 19-22, 65-68.

39 Marcelo Caetano, *O Sistema Corporativo* (Lisboa: s/e., 1938), 51.

de um dos intelectuais orgânicos mais influentes, António Carneiro Pacheco, exposta em *O Retrato do Chefe* (1935), estava envolto de um “messiânico prestígio” e incumbido de uma “missão providencial”, que o transformava num “guia espiritual do Povo”, num “grande Educador do nosso tempo”⁴⁰. Nesses anos, evidenciou-se a coreografia nacionalista antiliberal, exercitada pela Mocidade Portuguesa e pela Legião Portuguesa, com desfiles de rua e acampamentos, e a propagação ideológica do anticomunismo (dentro de um espírito de cruzada de matriz cristã), por meio do opúsculo, do artigo de jornal, do discurso em comício ou do programa radiofónico “Cinco Minutos Anticomunistas” emitido, de início, diariamente, na Emissora Nacional (dirigida por Henrique Galvão) e no Rádio Clube Português (dirigido por Jorge Botelho Moniz).

A apoteose da liturgia cívica nacionalista da Ditadura do “Estado Novo” será revelada pela operação pública das Comemorações do Duplo Centenário de 1940 (Formação e Restauração de Portugal/1140-1640), em que o regime autoritário antiliberal se quis mostrar como “era do engrandecimento” nacional, investindo fortes recursos em representações etnográficas, históricas, políticas e simbólicas de Portugal, que as práticas desenvolvidas em torno das Grandes Exposições, do Congresso do Mundo Português e dos Cortejos, em Lisboa, e do Parque Portugal dos Pequenitos, em Coimbra, ajudaram a construir e a divulgar. A Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros, escrita por Oliveira Salazar e publicada em 27 de Março de 1938, expunha já com clareza a directriz comemorativista: “Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. Quase desde o princípio, com o esforço dos primeiros reis, ficaram definidas e fixadas na Península Ibérica as nossas fronteiras [...]. As comemorações centenárias são acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva”⁴¹.

Conclusão

As diversas formulações doutrinárias e organizativas nacionalistas antiliberais, que acabámos de inquirir, que vieram do pensamento monárquico, republicano e católico, manifestaram-se com vigor organizativo autónomo durante a I República Portuguesa (1910-1926), mas não devemos ignorar os processos de convergência ético-políticos e ideológico-culturais

40 Carneiro Pacheco, *O Retrato do Chefe* (Lisboa: União Nacional, 1935), 7-8, 30.

41 Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. 3 (Coimbra: Coimbra, 1959 [1943]), 41 e 57.

entre antiliberais e liberais conservadores, com bastante relevância pós-1915 — dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial —, o que propiciou a criação de novos espaços cívicos de encontro, como conferências, congressos, campanhas cívicas, revistas ou ligas, dentro de uma crítica comum ao diagnosticado revolucionarismo republicano. O debate promovido entre os seus protagonistas permitiu a identificação de um conjunto de tópicos essenciais para um programa nacionalista de compromisso, principalmente recolhido, até o golpe militar de 28 de maio de 1926, na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira⁴², mas também presente no Centro Católico Português⁴³.

Depois de 1926, a convergência desse ideário nacionalista antiliberal sincrético fez-se na ideologia e na mentalidade políticas da Ditadura do “Estado Novo”, bem expresso no lema “Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho” —reduzido à divisa mínima “Deus, Pátria, Família” pela propaganda política do regime—, que António Oliveira Salazar enunciou no discurso “As grandes certezas da Revolução nacional” (Braga, 26 de maio de 1936): “Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História: não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”⁴⁴.

Apesar da controvérsia ideológica, que atravessou o nacionalismo antiliberal português, sobre a prioridade a atribuir ao primado da moral, ao primado do religioso ou ao primado do político, gerou-se, no primeiro pós-guerra mundial, uma opinião consensual entre elementos das elites nacionalistas antiliberais (que incluíam republicanos liberais conservadores) à volta de algumas ideias ético-políticas essenciais: moral cristã, ética da responsabilidade, patriotismo cívico, Estado unitário, nação imperial, autoridade do Estado, regime republicano presidencial, governo com forte componente de técnicos (“ministério nacional das competências”), regime de separação leal entre o Estado e as Igrejas (com crescente audiência do concordatismo de separação jurídica com a Igreja Católica Romana), organicismo e corporativismo (representação institucional de corpos sociais intermédios) e projecto de desenvolvimento económico-social com intervenção estadual.

42 Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos*, 122-335.

43 Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa: Presença, 1980), 263-351.

44 Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. 2. (Coimbra: Coimbra Editora, 1959 [1937]), 130.

Bibliografia

Fontes primárias

Publicações periódicas:

Acção Realista. Lisboa, 22 de maio, 1924, [contracapa].

Documentação primária impressa:

A Revolução Continua. União Nacional – Mocidade – Legião. Lisboa: SPN, 1943.

Caetano, Marcelo. *O Sistema Corporativo*. Lisboa: s/e., 1938.

Castro [Osório], João de. *A Revolução Nacionalista*. Lisboa: Edição do Autor, 1922.

Ferreira, Jacinto. *Ao Serviço da Pátria e do Rei. Memórias políticas (1926-1974)*. Lisboa: Edição do Autor, 1991.

Ferro, António. *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, editado por Fernando Rosas. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003 [1933].

Ferro, António. “À Volta da Ditadura Espanhola”. Em *Viagem à Volta das Ditaduras*. Lisboa: Empresa do Diário de Notícias, 1927.

Ferro, António. *Viagem à volta das Ditaduras*. Lisboa: Empresa do Diário de Notícias, 1927.

Fichte, [Johann]. *Discursos à nação alemã (1807-1808)*, traduzido por Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2009 [1808].

Jesus, Quirino Avelino de. *Nacionalismo Português*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda, 1932.

Magalhães Lima, Sebastiao de. *La Fédération Ibérique*. Paris: Guillard, Aillaud Cie, 1893.

Mionsaraz, Alberto. *Cartilha Monárquica*. Lisboa: Edição de Alberto Monsaraz, 1920.

Moncada, Luís Cabral de. *Memórias. Ao longo de uma vida (pessoas, factos, ideias), 1888-1974*. Lisboa: Verbo, 1992.

Oliveira, Artur Águedo de. *A União Nacional como direcção política única*. Lisboa: União Nacional, 1938.

Pacheco, Carneiro. *O Retrato do Chefe*. Lisboa: União Nacional, 1935.

Pessoa, Fernando. *Da República. 1910-1935*, editado por Joel Serrão, Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Lisboa: Ática, 1979.

Renan, Ernest. *Qu'est-ce qu'une Nation? Et autres écrits politiques*. Paris: Imprimerie Nationale, 1996 [1882].

Salazar, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*, volume 1, 2 e 3. Coimbra: Coimbra Editora, 1935-1967.

Tocqueville, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Traduzido por Laurinda Bom. Lisboa: Fragmentos, 1989 [1856].

Veiga, Alves da. *Política Nova. Ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.^a, 1911.

Fontes secundárias

- Proudhon no bicentenário do seu nascimento, organizado por Manuel Gama et al. Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2009.
- Alter, Peter. *Nationalism*. Londres: Edward Arnold, 1989.
- Artola, Miguel. “La burguesía revolucionaria (1808-1874)”. *Historia de España Alfabuara*, volume V, editado por Miguel Artola. Madrid: Alianza, 1983, 7-21.
- Blas Guerrero, Andrés de. *Nacionalismos y naciones en Europa*. Madri: Alianza, 1994.
- Catroga, Fernando. *A Geografia dos Afectos Pátrios. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX)*. Coimbra: Almedina, 2013.
- Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 e Outubro de 1910*, volume 1. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991.
- Cruz, Manuel Braga da. *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1980.
- Cruz, Manuel Braga da. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- Cunha, Norberto Ferreira da. “O Tradicionalismo Integralista”. Em *Poiética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves*. Lisboa: Colibri, 2001, 375-399.
- Dahrendorf, Ralf. *Reflexões sobre a Revolução na Europa*. Lisboa: Gradiva, 1990.
- Freire, João. “Anarco-sindicalismo” e “Anarquismo”. Em *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, volume 7, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, 101-103.
- Gellner, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- Girardet, Raoul. *Mythes et mythologies politiques*. Paris: Seuil, 1986.
- Hermet, Guy. *Histoire des nations et du nationalisme en Europe*. Paris: Seuil, 1996.
- Hespanha, António Manuel. *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- Hobsbawm, Eric J. *Nations and Nationalism since 1789. Programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Holmes, Stephen. *Anatomía del Antiliberalismo*. Madri: Alianza, 1999.
- Kedourie, Elie. *Nacionalismo*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1988.
- Leal, Ernesto Castro. *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, 1918-1938*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- Linz, Juan J. “An authoritarian regime: Spain”. Em *Cleavages, Ideologies and Party Systems. Contributions to comparative political sociology*, organizado por Erik Allardt e Yrjö Littunen. Helsinki: Academic Bookstore, 1964.
- Lopes, António Cordeiro. “Dois projectos de geopolítica ibérica, de matriz tradicionalista – Vázquez de Mella e António Sardinha”. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* V: 16-17 (1994): 99-113.
- Magalhães Godinho, Vitorino. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1977.

- Pereira, José Esteves. "Pensamento político em Portugal no século XIX". Em *Atas do VII Colóquio Antero de Quental*, organizado por José Maurício de Carvalho. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei/Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 2007, 54-84.
- Pereira, José Esteves. *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- Pereira, José Pacheco. "Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)". *Análise Social* 17: 67-68 (1981): 695-713.
- Pinto, António Costa. *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa, 1994.
- Prélot, Marcel e Georges Lescuyer. *História das Ideias Políticas. Do Liberalismo à Actualidade*, volume 2. Lisboa: Presença, 2000-2001.
- Ramírez Jiménez, Manuel. *España. 1939-1975. Régimen Político e Ideología*. Madri: Gualdarrama, 1978.
- Schlze, Hagen. *Estado e Nação na História da Europa*. Lisboa: Presença, 1979.
- Smith, Anthony D. *Theories of Nationalism*. Londres: Duckworth, 1983.
- Tusell, Javier. *La dictadura de Franco*. Madri: Alianza, 1988.
- Valente, Vasco Pulido. *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.